



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024
EDITAL Nº ____/2024 SRP

UNIDADE REQUISITANTE: Departamento Municipal de Obras

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Carlos Henrique de Queiroz

1. OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente licitação é a seleção de empresas especializadas para Composição do Quadro Geral de Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada para execução de serviços de extensão de rede elétrica, contendo rede de baixa e média tensão, deslocamento e afastamento de postes e rede elétrica, implantação de postes e transformadores, dentre outros correlatos, visando aplicar melhorias nos diversos locais do município de Paula Cândido/MG e com fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender as necessidades do departamento de Obras, de acordo com as especificações e condições gerais do fornecimento, contidas neste Edital e no Anexo I.

1.1 Especificação e descritivo dos itens

Nº Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	BECO JOSÉ SILVÉRIO - BAIRRO SÃO SEBASTIÃO: Extensão de rede em baixa e média tensão trifásica, com instalação de 4(Quatro) postes do tipo DT (10/300); extensão de 160m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35); Instalação de 4(quatro) Luminárias de LED-100W(Braço 1m); aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	33.668,33	33.668,33
0002	CHÁCARA - GODOI: Extensão de rede em baixa e média tensão monofásica, com instalação de 7(sete) postes do tipo DT (10/300 e 11/300); Substituição de 01(um) poste; 02(dois) postes trabalhados; Afastamento de rede de baixa tensão em 2(dois) postes, ESP-1500 - cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T.; extensão de 240m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35); 200m em média tensão com instalação de Cabo 2CA-AWG 34mm#/15KV; Instalação de 7(sete) Luminárias de LED-100W(Braço 1m); instalação de 01(um) transformador de 25KVA/15KV-127-220V;	SERVIÇO	1	91.055,00	91.055,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



	aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.				
0003	ESTRADA PARA AIRÕES: Extensão de rede em baixa e média tensão monofásica, com instalação de 5(cinco) postes do tipo DT (10/300 e 11/300); 02(dois) postes trabalhados; Afastamento de rede de baixa tensão em 2(dois) postes, ESP-1500 - cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T.; extensão de 200m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35); 120m em média tensão com instalação de Cabo 2CA-AWG 34mm#/15KV; Instalação de 5(cinco) Luminárias de LED-100W(Braço 1m); instalação de 01(um) transformador de 25KVA/15KV-127-220V; aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	69.292,33	69.292,33
0004	POVOADO DOS BARROS: Afastamento de rede de baixa e média tensão monofásica em 3(três) postes, ESP-1500 na BT, instalação de estruturas tipo "Beco" na MT- cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T; deslocamento de 3(três) postes, sendo 1(um) com transformador.	SERVIÇO	1	21.034,67	21.034,67
0005	RUA ANTONIO PACHECO- BAIRRO PRIMAVERA: Extensão de rede em baixa tensão bifásica, com instalação de 6(seis) postes do tipo DT (10/300); extensão de 240m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35); Instalação de 6(seis) Luminária de LED-100W(Braço 1m); aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	49.394,33	49.394,33
0006	RUA ANTONIO VALENTE SOBRINHO - BAIRRO SÃO MATEUS: Extensão de rede em baixa e média tensão trifásica, com instalação de 4(Quatro) postes do tipo DT (10/300 e 12/600), 6(seis) postes trabalhados; extensão de 160m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 3x35(35) e 3x70(70); 280m em média tensão com instalação de Cabo Protegido 3x50mm#(3.8)/15KV; Instalação de 4(quatro) Luminárias de LED-100W(Braço 1m); instalação de 01(um) transformador de 30KVA/15KV-127-220V; aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	113.140,00	113.140,00
0007	RUA ÁUREA DA SILVA – BAIRRO ANDORINHA: Afastamento de rede de baixa e média tensão monofásica em 2(dois) postes, ESP-1500 na BT e estrutura tipo "Beco" na MT-	SERVIÇO	1	14.651,33	14.651,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



	cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T e RC.				
0008	RUA BONFIM: Deslocamento e afastamento de rede de média tensão monofásica em 4(quatro) postes, instalação de estruturas tipo "Beco" na MT- cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T; deslocamento do poste do transformador.	SERVIÇO	1	22.179,67	22.179,67
0009	RUA JOSÉ NEVES DE OLIVEIRA – BAIRRO SÃO SEBASTIÃO: Extensão de rede em baixa tensão trifásica, com instalação de 1(um) postes do tipo DT (11/300); Afastamento de rede de baixa tensão em 3(três) postes, ESP-1500 - cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T; extensão de 30m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 3x35(35) no beco; aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	18.793,00	18.793,00
0010	RUA JOSÉ RAMOS MARTINS (I) – BAIRRO PRIMAVERA: Extensão de rede em baixa tensão bifásica e trifásica, com instalação de 2(dois) postes do tipo DT (10/300); deslocamento de 1(um) poste para o meio-fio; Afastamento de rede de baixa tensão em 1(um) poste, ESP-1500 - cabos de alumínio multiplex, postes de concreto duplo T; extensão de 80m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35) e 3x35(35); Instalação de 2(duas) Luminária de LED-100W(Braço 1m); aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	28.473,67	28.473,67
0011	RUA JOSÉ RAMOS MARTINS (II) – BAIRRO PRIMAVERA: Extensão de rede em baixa tensão bifásica, com instalação de 3(Três) postes do tipo DT (10/300); extensão de 120m em baixa tensão com instalação de Cabo Multiplex 2x35(35); Instalação de 3(três) Luminária de LED-100W(Braço 1m); aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	25.292,00	25.292,00
0012	RUA LEVINDO ROSA – BAIRRO ANDORINHA: Afastamento de rede de baixa e média tensão trifásica em 3(três) postes, ESP-1500 na BT e estrutura tipo "Beco" na MT- cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T e RC.	SERVIÇO	1	25.380,67	25.380,67
0013	RUA RAIMUNDO LUDGERO - CENTRO: Afastamento de rede de baixa tensão em 2(dois)	SERVIÇO	1	12.430,00	12.430,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



	postes, ESP-1500 - cabos de alumínio nú, postes de concreto duplo T.				
0014	ZONA RURAL – ZILMAR: Deslocamento de poste com transformador, rede 11,4KV; instalação de 01(um) poste novo recuado para deslocamento e seccionamento MT; instalação de estais, seccionamento de cercas; aterramento e conexões conforme normas ABNT e Energisa.	SERVIÇO	1	22.315,33	22.315,33

Valor total: R\$ 547.100,33

1.2 Da Classificação dos bens

1.2.1. O serviço é caracterizado como serviço comum, conforme art.6, XIII, XV, da Lei Federal 14.133/2021.

1.2.2. O serviço desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

1.3 Da Contratação

1.3.1 O prazo da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos no artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.3.2. A Ata poderá sofrer alterações conforme artigos 124 e 134 da Lei Federal 14.133/2021 e demais dispositivos legais que versam sobre a temática.

1.4 Da Estimativa da Contratação

O valor estimado de contratação foi aferido com base no artigo 23, §1º, da Lei Federal 14.133/2021, e se encontra no valor de R\$ 547.100,33 (QUINHENTOS E QUARENTA E SETE MIL E CEM REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS). Os valores médios foram levantados de acordo com pesquisa de mercado realizada com fornecedores que possuem Certificado de Registro Cadastral (CRC) com o município de Paula Cândido-MG.

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Justificativa de aquisição de objeto;

O Departamento Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Paula Cândido-MG, em representação ao órgão público de administração direta, necessita da presente contratação de uma empresa especializada em manutenção e extensão de rede elétrica pois devido ao crescimento da cidade esses novos pontos precisam ser conectadas a rede elétrica existentes para que os moradores



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



tenham acesso à eletricidade e a contratação de uma empresa especializada permite planejar e executar essa expansão de forma eficiente.

Esta demanda está contemplada no Plano Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Paula Cândido e devidamente publicado nos diários oficiais no município.

2.2 Justificativa Legal;

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante “referência aos estudos técnicos preliminares (ETP) correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas”.

Conforme previsto na Súmula 177 do TCU, a justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração. A Administração deverá observar a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: consumo do exercício anterior, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc).

Portanto, deve contemplar:

- a) a razão da necessidade da aquisição;
- b) as especificações técnicas dos bens; e
- c) o quantitativo de serviço demandado.

2.3 Da Natureza do Objeto;

O serviço a ser contratado está enquadrado na classificação de serviço comum, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentadoras.

Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

O serviço desta contratação é caracterizado como comum, com características e especificações usuais de mercado.

Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação	Fonte	Descrição	Valor R\$
---------	-------	-----------	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



4.4.90.51.02.07.01.25.752.007.1.0026	1.751	Ampliação da rede iluminação publica	547.100,33
--------------------------------------	-------	--------------------------------------	------------

A dotação orçamentária, impacto orçamentário e fonte, constam abaixo, conforme Art. 6º, XXII, J, da Lei Federal 14.133/2021. Segue abaixo as informações:

4. DAS DIRETRIZES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

4.1 Descritivo da solução considerando o ciclo de vida do objeto e ilustrativo dos itens

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação da empresa mais bem qualificada e de melhor preço para executar os serviços em benefício da população visando o bem estar de todos. A contratação de uma empresa especializada em realizar manutenção e extensão de rede elétrica vem da necessidade em levar energia elétrica em novos pontos que devido ao crescimento da cidade estão precisando de manutenção e extensão da rede pois essas áreas precisam ser conectadas a rede elétrica existentes para que os moradores tenham acesso à eletricidade e a contratação de uma empresa especializada permite planejar e executar essa expansão de forma eficiente.

4.2 Da necessidade de determinada marca ou modelo

Não se aplica.

4.3 Da exigência de prospectos/manuais

Não se aplica.

4.4 Da subcontratação

A subcontratação é uma prática infrequente e será adotada apenas quando for necessário o envolvimento de profissionais especializados que não façam parte do corpo administrativo da entidade pública.

4.5 Da garantia da contratação

Não há necessidade de exigência de garantias para o certame.

4.6 Da necessidade de amostras

Não há necessidade de exigência de amostras para o produto, visto que a qualidade regional é padronizada.

5. DA ENTREGA DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



5.1 Formas de fornecimento

Os serviços deverão ser realizados de acordo com a demanda da contratante, com início em até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento (A.F).

5.2 Condições da entrega

5.2.1. Os serviços relacionados a extensão e manutenção de rede devem ser executados de maneira hábil, conforme as diretrizes estabelecidas pelos órgãos superiores.

5.3 Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 2038 de 2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 2038 de 2024 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1 Os serviços serão prestados conforme demanda, nos moldes especificados no item 5 e 5.1 deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias as contados do adimplemento, pelo Setor Municipal de Finança, contados após a emissão da nota fiscal e anexo de todo kit de documentos referente à compra.

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver), quantitativo efetivamente entregue, o número do empenho e os dados bancários.

7.2.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, obedecendo o tópico 7.2.2.

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio do processo realizado e por fiscal de Contrato, formalmente designado, nos termos do Decreto Municipal nº 2038/2023 e artigo 117 da Lei 14.133/2021.

8.1.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada e no prazo estabelecido pela TR, ao Contratado correspondente ao fornecimento dos bens.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento, e em caso de descumprimento, fica a contratante obrigada a aplicar as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



8.1.5. Arcar os custos com o transporte da sede da contratada até o local de descarregamento da mercado nas estradas rurais/vicinais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

9.1.4. Garantir a boa qualidade dos serviços entregues.

9.1.5. Atender, no prazo máximo de 1 (um) dias útil, a convocação para retirada das Notas de Empenho, ou dar recebimento por meio digital, no prazo máximo de 1 dia útil.

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

9.1.9. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

9.1.10. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato, estando passíveis à aplicação dos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021 em caso de inexecução parcial/total do vínculo contratual e descumprimento do contrato.

9.1.11. Entregar o produto para a contratante em seu depósito/sede da empresa, e carregar os veículos da prefeitura em quantidades determinadas, conforme a Autorização de Fornecimento (A.F) emitida.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



10.1 - Rotinas de Fiscalização

10.1.1 As informações e indicações encontram-se no Documento de Formalização de Demanda (DFD) correspondente à aquisição.

10.2 - Fiscalização Técnica

10.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Conforme Decreto nº 2038/2023)

10.2.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.2.3 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.2.4 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do objeto para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.2.5 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.3- Fiscalização Administrativa

10.3.1 Fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.3.4 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.3.5 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirá-se, dentre outras, as seguintes comprovações as certidões apresentadas durante o certame, sendo exigidas de 12 em 12 meses para verificação e atualização na idoneidade da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



10.4 Gestor do Contrato

10.4.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 2038/2023).

10.4.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 2038/2023).

10.4.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 2038/2023).

10.4.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 Fazem parte desse Termo de Referência os anexos I, DFD (Documento de Formalização da Demanda) e ETP (Estudo Técnico Preliminar).

Carlos Henrique de Queiroz

CPF: 319.647.548-44

Secretário Municipal de Obras

Prefeitura Municipal de Paula Cândido